

DA INSTITUIÇÃO À DISSOLUÇÃO DA “ZONA DE BAIXO MERETRÍCIO PAULISTANA”

A segregação do gênero prostitucional diante das questões de tolerância, gentrificação e salubridade.

FROM THE INSTITUTION TO THE DISSOLUTION OF THE “PAULISTAN RED LIGHT DISTRICT”

The segregation of the prostitution gender in the face of issues of tolerance, gentrification and salubrious.

A. Ricardo Mingareli Del Valle¹

*Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil
ricardo.delvalle@gmail.com*

RESUMO

As discussões que cercam os processos de urbanização, na maioria das vezes, remetem aspectos conceituais na diagramação das cidades. Entretanto, existem assuntos que, mesmo não sendo responsáveis diretos na conceituação das cidades, circuncidam e costuram suas organizações tipológicas, sendo partícipes da dinâmica espacial vivenciada. Mediante isto, os processos organizacionais dos distritos de prostituição se encaixam nesta linha argumentativa, uma vez que, a estruturação de suas narrativas tipológicas, ora consolidadas por práticas de contenção, assepsia e confinamento, geram maior significância do que a estereotipação imoral e degradante das áreas destinadas à sua prática, que tem por característica constante a manifestação intermediária ao desenvolvimento social, moral e oficial das cidades. Por este modo, o objetivo desta comunicação é elucidar a prostituição como agente indutor na diagramação da cidade, tendo por hipótese a dinâmica territorial, não morfológica, aspecto este que, depende de inúmeros fatores além dos aqui tratados.

Palavras-chave: Segregação, Vigilância, Zona de Meretrício.

Linha de Investigação: 3: Dinâmicas Urbanas

Tópico: 3: Gênero e Cidade

¹ Este trabalho foi elaborado a partir de discussões de pesquisas integrantes da tese de doutoramento do autor, ainda em desenvolvimento, pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie; e recebeu apoio do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-PROEX).

ABSTRACT

The discussions surrounding urbanization processes, in most cases, refer to conceptual aspects in the diagramming of cities. However, there are issues that, even though they are not directly responsible for the conceptualization of cities, they circumscribe and sew their typological organization, participating in the experienced spatial dynamics. As a result, the organization process of the prostitution districts fits this line of argument, since, the structuring of their typological narratives, now consolidated by practices of containment, asepsis and confinement, generate greater significance than immoral stereotyping and degrading of the areas intended for their practice, whose constant feature is the intermediate manifestation of the social, moral and official development of cities. In this way, the objective of this paper is to elucidate the action of prostitution as an agent that induces diagramming in the city, hypothesis territorial dynamics, not morphology, this aspect depends on many factors besides those dealt with here.

Keywords: Segregation, Underworld, Surveillance, Red Light District.

Research line: 3: Urban Dynamics

Topic: 3: Gender and City

Introdução

Reconhecer a prostituição como partícipe da dinâmica urbana abre precedentes argumentativos a uma vasta gama de manifestações de suas características em meio ao território ocupado. A princípio, é preciso atentar na prostituição não como ato sexual, mas como prática social de negociação comercial realizada nas ruas. Em geral, devido sua imoral sociabilidade, a prática (segregadas socialmente e territorialmente) se apropria de áreas invisíveis e excluídas da dinâmica organizacional da cidade; porém, nem sempre foi assim: ao temos por hipótese a ação da prostituição como agente indutor, estima-se a existência de uma organização tipológica de espaços urbanos que evidencie a experiência de sua prática, cujas exigências organizacionais são coordenadas através do posicionamento social em que a prostituição se encontrar. Ou seja, enquanto a prática prostitucional estiver em constante movimentação de aceitação, ou não, perante questões sociais, a característica organizacional da cidade mediante ela, será diferente a cada momento.

A delimitação geográfica do espaço destinado à prostituição torna-se não só uma maneira de apropriação territorial (que dá sentido de pertencimento de seu uso ao lugar), como também, um meio de controle e vigilância social. Na diagramação territorial dos distritos articulados pela prostituição segregados socialmente, surge os *submundos da noite*, debatidos por Nestor Perlongher (1987): como *focos aglutinadores*, onde as dinâmicas das atividades prostitucionais tecem a organização de um tecido urbano separado da dinâmica moral da cidade. Em contrapartida, quando a prostituição encontrar-se consolidada às questões morais vigentes, sua atuação acontecerá tanto socialmente quanto territorialmente à dinâmica organizacional da cidade.

Na cidade de São Paulo, o processo envoltório da prostituição, é percebido, ao longo do tempo, por questões de tolerância, gentrificação e salubridade; como por exemplo: através da prostituição de rua, ora exercida sob condições extraoficiais e insalubres (características primárias do submundo); como também, na boemia da *Belle Époque*, que dava o luxo glamourizado através dos cabarés e “pensões alegres”; ou, na constituição da *Zona de Baixo Meretrício*, especificadamente, no bairro do Bom Retiro, que separava a conduta perturbadora da prostituição das famílias de respeito e comerciantes locais, visando questões higienizarias para contenção e controle de doenças venéreas. Nesta via processual, podemos dizer que, enquanto houver prostituição atuante nas cidades, características sociais (morais e imorais), dinamizarão sua organização territorial; e, por assim ser, resultarão na efetivação da prostituição como agente indutor na territorialização urbana. Tratar a

prostituição como elemento conceitual do território dará margens a discussões interdisciplinares na formulação urbana, o que permite, através deste texto, investigar à priori da desenvoltura prostitucional e dos aspectos organizacionais de cidade que dinamizam a prática do seu uso.

1. A Consolidação da Prostituição no Território Paulistano

Para tecer o cenário da prostituição na cidade de São Paulo, antes de mais nada, é preciso desfragmentar a trama que envolve sua temática. Delinear as características de seu funcionamento e os participantes que dela usufruem é um passo essencial para seu entendimento. Num parâmetro cronológico, a prostituição assumiu, por diversas vezes, características intrincadas ao desenvolvimento social. Esta forma não linear de sua ascensão permitiu e, ainda permite, diferentes momentos de atuação no panorama urbano. Desta maneira, seu desenvolvimento, se é que podemos assim dizer, não acontece de forma gradativa, ou evolutiva, mas sim, subjetiva aos parâmetros sociais aos quais ela se insere. Por este escopo e para efeito demonstrativo, podemos reconhecer as peculiaridades incisivas da prostituição na cidade de São Paulo a partir de 1860, nos relatos de Margareth Rago (1991), que equipara a prostituição de rua à ínfima classe social, na qual, sob a penumbra da noite, prostitutas validam seu pertencimento territorial em ruas, becos e vielas. Um cenário que, até o século XVIII, como mostrado por Guido Fonseca (1982), era reconhecido por seu perigo eminente, dado a presença de vadios que praticavam todo tipo de violências. Todavia, em meados de 1720, o autor também revela a existência de lupanares e casas de prostituição convergidas em pontos de encontros de forasteiros, depravados, criminosos e prostitutas; cuja intenção primordial em suas estadias pela cidade, era a exploração de minas em busca de jazidas auríferas. “Enquanto aguardavam as monções enchiam as tabernas, casas de jogos, lupanares e outros antros transformando a Paulicéia num foco de agitação, desordem, violências e crimes” (Fonseca, 1982: 34). Neste enfoque, entende-se que a fixação destes estabelecimentos na cidade seria de teor temporário, dado que, a intenção primária de seus ocupantes (que não era a prostituição), tornaria os prostíbulos transeuntes ao território; em compensação, os mesmos prostíbulos deste período, já apresentaram um grau de organização em seus primeiros registros e, “a partir de então, passam a ser uma constante na vida da cidade” (Fonseca, 1982: 35).

Um fato importante constatado na pesquisa de Fonseca é que, a partir do reconhecimento de pertencimento e organização territorial atribuídos com a fixação dos estabelecimentos destinados à prostituição, questões como tolerância, gentrificação e salubridade passaram a serem discutidas quando a trama operacional urbana começou a ser diagramada a partir de seus funcionamentos, usualmente, ao anoitecer (característica diferente da diagramação oficial da cidade que acontecia à luz do dia). Além das atividades imorais exercida nos interiores de seus recintos, o deslocamento de seus usuários, bem como, a “negociação” dos acordos sexuais prostitucionais aconteciam nas ruas, fato que, permitiam, não somente vadios perambularem desordeiramente pelas ruas, como também, prostitutas com suas condutas rameiras e escandalosas (tidas como mulheres fadistas), perturbarem a paz e o bem-estar comum. Frente a estes modos, a tolerância acontecia, uma vez que, medidas oficiais e autoritárias precisassem ser tomadas para solucionarem “os problemas porventura causados pelas mulheres de vida alegre [...] conforme a conveniência do momento [e] [...] gravidade dos atos praticados” (Fonseca, 1982: 51), estabelecendo normas costumeiras sobre suas práticas sexuais, afim de preservar, de maneira legal, não apenas a ordem e moralidade pública, mas a organização das ruas da cidade também.

Já a gentrificação, se desenvolvia a partir das ordens de tolerância (não em sua íntegra, mas, por algumas características de sua conceitualização). A ideia governamental destacada por Fonseca (1982), consistia numa

medida dupla gentrificada: primeiro, com uma possível solução de resgate da moralidade nas áreas dominadas pela prostituição, que resultava no banimento das prostitutas locais; segundo, com o acolhimento das prostitutas banidas em áreas ainda não povoadas (no caso citado pelo autor, o *Reduto do Iguatemi*), cuja intenção estava no controle ocupacional, povoamento e crescimento demográfico destas novas áreas. Desterrar as prostitutas “para lugares distantes e praticamente desertos onde auxiliariam o povoamento” (Fonseca, 1982: 51), era uma medida além de gentrificadora, conveniente de “uma única providência [em] solucionar dois problemas: o despovoamento de certos rincões e a imoralidade pública de outros” (Fonseca, 1982: 51).

Quanto a salubridade, boa parte da saúde pública da época, provida no controle de doenças venéreas (sífilis e gonorreia) e doenças epidêmicas contagiosas (lepra), eram desatadas através de medidas gentrificadoras que segregavam as prostitutas das áreas moralizadas e as concentravam num perímetro de confinamento; que, mesmo assim, não as impediam ao acometimento destas doenças. Um mal súbito que, como descrito por Fonseca (1982), assolou a cidade de São Paulo e redondezas na primeira metade do século XIX, fazendo da prostituição um problema público e urbano. Se por um lado, medidas de prevenção ainda não eram tomadas e os poucos hospitais criados para controle destas epidemias não estavam preparados para reparar tais problemas; por outro lado, prostitutas e clientes, consciente de sua situação de saúde disfarçavam suas enfermidades e contaminavam outras pessoas, alastrando, epidemicamente, as doenças que se tornavam cada vez mais incontroláveis pela cidade. O maior alvo apontado por Fonseca (1982), eram os baixos lupanares, frequentados por homens doentes que contaminavam as prostitutas mais pobres, das quais, eram submetidas às tais doenças pelo conflito hierárquico. Porém, o autor também exemplifica o costume utilizado pelas prostitutas de rua para esconderem suas moléstias que, mesmo transgredidas pelas doenças, não deixavam de praticar seus atos imorais, quando na penumbra das ruas e becos escuros, camuflavam suas chagas e contaminavam os mais desavisados:

“Ao anoitecer, o centro da cidade recebia a visita de algumas mulheres com os rostos parcialmente encobertos pela mantilha que envergavam. Vinham, em sua maioria de arrabaldes distantes e logo se misturavam às mundanas que vagavam pelas ruas e becos da Paulicéia. Davam preferência aos lugares mais escuros onde pudessem esconder as deformações provocadas pela moléstia que eram portadoras” (Fonseca, 1982: 111).

Após traçar o perfil segregacionista da imoralidade defrontante à moralidade social até meados do século XIX, voltamos ao reconhecimento da prostituição na cidade de São Paulo a partir de 1860, ora antes destacado através das citações de Rago (1991); que dinamiza o conceito de prostituição através da modernização urbana da época. É certo que, o pensamento social estava em constante transformação neste período, devido as revoluções progressistas que estimulavam mudanças na esfera da vida pública que, quando em comum à vida urbana, tornavam mais intensas as experiências vivenciadas nos novos espaços abertos, novos programas e novos conceitos de se viver socialmente no território das cidades; dos quais, muitos deles, incitavam uma maior notoriedade da mulher. Nesta ocasião, a medida em que a cidade se expandia e se urbanizava, o pensamento social se alterava e a compostura da mulher rameira, também se modificava: “neste conceito, a comercialização sexual do corpo feminino se [caracteriza] como *prostituição*. [...] Estrategicamente redefinida, [a figura da prostituta, aparece] como parâmetro de *limite* para o comportamento feminino no espaço urbano” (Rago, 1991: 54). Se antes as meretrizes que perambulavam pelas ruas da antiga São Paulo eram reconhecidas por passearem “vagarosamente de um lado para outro ou [esperarem] nas esquinas os fregueses” (Saint-Hilaire,

1976; Rago, 1991: 53)², com total discrição, sem abordagem pessoal ou insinuações entre possíveis clientes e demais rameiras - uma postura, como deixado por Rago (1991), atípica às prostitutas parisienses da época; o próprio curso da modernidade modificara essa conduta, visto que, a prostituição se faz por fenômeno urbano. Se havia crescimento da cidade, também havia crescimento prostitucional; e, desta maneira, pelo descontrole de sua problemática, passou “a ser vivenciado como um problema público - lado negativo do progresso” (Rago, 1991: 37). Diante deste cenário, a autora também mostra o perfil da prostituta moderna, entrelaçado a figura da modernidade, ou seja, “associada à extrema libertação dos costumes nas sociedades civilizadas, à desconexão com os vínculos sociais tradicionais e a multiplicidade de novas práticas sociais” (Rago, 1991: 37); características de uma mulher independente, livre e partícipe do meio urbano.

“*Figura pública* por excelência, [a mulher prostituta] podia comercializar o próprio corpo como desejava, desassociando prazer e amor, aventurando-se, através da livre troca pelo dinheiro, em viagens desconhecidas até mesmo para homens dos países mais atrasados. *Poderosa*, simbolizava a investida do instinto contra o império da razão” (Rago, 1991: 37).

2. Prostituição Europeia X Prostituição Paulistana

A tipologia moderna que fomentava as cidades no final do século XIX, trouxe consequências segregacionistas sociais e culturais ao romper com as relações tradicionais que organizavam o meio urbano. A prostituição, por conseguinte, enfrentava situações conflitantes de características próprias, ao dialogar diretamente, numa relação anacrônica, vida social e espaço de uso comum.

Enquanto a cidade de São Paulo começava a lidar com questões separatistas que impeliam a prostituição em determinadas áreas, as cidades europeias diagramavam espaços urbanos que enclausuravam a prostituição como forma de controle das condutas sexuais, sociais e higienizarias. Reconhecida como a imundice “do submundo [que refletia] a nova obsessão com os miasmas e com o lixo [e que apavoravam] as classes dominantes” (Rago, 2014: 116), a prostituição europeia encontrava-se sob domínio de *projetos regulamentaristas*³, cuja função além de registrar hábitos cotidianos e profissionais das meretrizes e clientes e, controlar a saúde pública por meio da identificação de prostitutas limpas e doentes, também tinha como medida, confinar casas de tolerâncias e bordéis registrados. Apesar do favoritismo que fazia de Paris palco das manifestações artísticas e boemias, a prostituição “à lá francesa” vivenciada pelo apelo libertino do *bom vivant* na *Belle Époque*, era subliminarmente controlado pela delimitação territorial dos cabarés, que sediavam boa parte do entretenimento adulto e extraconjugal parisiense. Em outras cidades europeias, como Amsterdã por exemplo, a prostituição encontrava-se consolidada há muito mais tempo na trama da cidade, desempenhando papel importante na diagramação territorial urbana. Neste caso, a prostituição, além de subjetiva aos parâmetros sociais por legalidade, proibição e tolerância (apresentando diferentes formas de

² SAINT-HILAIRE, A. (1976:133). Viagem à Província de São Paulo. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP.

³ Rago (2014: 116) explora os estudos do médico-sanitarista *Alexandre Parent-Duchâtelet* baseados nos projetos regulamentaristas aplicados na França no século XIX, que consistiam em estudos minuciosos sobre a origem da prostituição e o controle na vida das meretrizes.

atuação ao longo do tempo), também assume o fator territorialidade, essencial para sua desenvoltura, que, como visto, dava sentido de pertencimento ao lugar.

Diferente das outras diagramações territoriais, o distrito destinado a prostituição na capital holandesa não se iniciou sob uma perspectiva segregacionista de confinamento. A prática da prostituição, segundo relatos fornecidos pelo Museu Red Light Secrets (2020), se inicia e ganha território próprio na área portuária do bairro “De Wallen”, com a permanência temporária de marinheiros que, ao aguardarem a partida de seus navios procuravam diversões sexuais livres; enquanto, em meio ao embarcadouro, era fornecido tudo que precisassem: cerveja, mulheres e hospedagem. Para identificar os estabelecimentos destinados à prostituição nesta área, utilizou-se a luz vermelha, símbolo qual, posteriormente, organizará a própria diagramação urbana do *Red Light District* (RDL). Como tal, Amsterdã também era uma cidade em expansão cuja prostituição fez-se por fator social ativo de crescimento demasiado; e, por consequência, também, carregou em si, problemas originalizados desse descontrole expansivo. Confinamento e salubridade começaram a fazer parte das discussões de segurança e saúde pública da cidade.

Depois da invasão francesa no final do séc. XVIII, projetos regulamentaristas foram tomados como medidas de prevenção e controle de doenças venéreas. Contudo, após diligências sanitaristas no início do séc. XX, a prostituição holandesa (que não era proibida neste momento), sofre algumas alterações, das quais, atribuíram uma nova diagramação ao território ocupado: nesta nova organização, não era permitido a prostituição de rua e nem que mulheres seduzissem seus clientes nas portas dos bordéis. “Elas só podiam fazer isso por detrás das cortinas das janelas. Portanto, um número crescente de prostitutas agora estava batendo no vidro, seduzindo homens que passavam para entrar” (Red Light Secret, 2020). Por esta ação, surge as vitrines do sexo e o começo da prostituição de janela (*Fig. 01*). Um método organizacional e arquitetural da prostituição urbana que, com sua peculiaridade rudimentar, institui um novo sistema de funcionamento da cidade, ativo até hoje. Sua característica principal está na postura da mulher prostituta como produto comercial sexual, onde exposta, fica a critério do cliente (que a vislumbra), consumir, ou não. O posicionamento físico das vitrines é essencialmente ligado à rua que, assim como as vitrines de uma loja comum, conecta visualmente, produto, calçada e consumidor.



Fig. 01. As Vitrines do RDL, Amsterdã. Fonte: (RudmerHK,2010).

As várias diagramações organizacionais da prostituição encontradas nos territórios das diferentes cidades que aqui temos por exemplo, expressam inconsistência tipológica usuais no meio urbano e, heterogeneidade social e cultural ao longo do tempo. Porém, apesar desta inomogeneidade podemos destacar um fator comum entre todas as diagramações apresentadas: a *higienização*. Fator este que rompe com qualquer critério de organização urbana estabelecida a partir da prostituição.

Para questões higienizadoras, além dos projetos regulamentaristas que, por si só segregavam automaticamente a prática prostitucional das demais práticas sociais, Rago (2014) traz um alerta específico sobre a criminalidade ocorrente entre as diferentes classes sociais, avassaladora entre as relações humanas de atos sexuais ilícitos; visto que, neste sentido, a prostituição, por feito hierárquico, apresenta uma classe dominante que acredita reprimir uma classe inferiorizada; enquanto, medidas como, os *programas de eugenia*⁴ - presentes num primeiro momento na Europa e tidos como exemplos posteriores no Brasil - eram “inspirados nos métodos da sociologia empirista e impulsionados pela ideia sanitaria” (Rago, 2014: 124). Nesta vertente, a prostituição não se enquadraria apenas por insalubre, como também, por ameaça social; pois não somente considerava-se que doenças venéreas poderiam ser transmitidas através do sexo ilegítimo, mas sim, a proliferação de uma etnia defeituosa (física e mental). Como medida regulamentarista, tomou-se a “castração psicológica” de prostitutas, com o ideal profissional de “mulher recatada e dessexualizada [...] que cumpre seus deveres sem sentir prazer e gostar de sua atividade sexual” (Rago, 2014: 124). Este projeto, influente na desenvoltura urbana da prostituição, visava uma nova formatação de sua prática social e higienista, sem manifestações fora do permitido e controlado, estabelecendo “uma linha divisória nítida entre a prostituição institucionalizada e tolerada e a clandestina, que deveria ser eliminada” (Rago, 2014: 124); de modo que, tanto na Europa quanto Brasil, as medidas de contenções e prevenções da prostituição estavam no controle e vigilância da prática regulamentada e tolerada.

3. Quatorze anos para Zona de Baixo Meretrício no Bom Retiro

Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a vida boêmia nas grandes capitais foi um atrativo fascinante do entretenimento urbano; da qual, a prostituição recebeu enfoque concomitante ao desenvolvimento da sua performance. Tanto a boemia quanto a prostituição podiam ser reconhecidas como finalidades comerciais, pois, além de suas desenvolturas precisarem de uma série de mecanismos em suporte às suas práticas, os lucros proporcionados por suas comercializações eram demasiadamente grandes e atraentes. É claro que, toda essa resolução financeira iria chamar atenção de alguns investidores. Na região central da cidade de São Paulo, Fonseca (1982) aponta o progresso do investimento feito no submundo da prostituição com os estabelecimentos comerciais que os serviam de suporte: quanto mais a vida boemia crescia, mais a prostituição aparecia e mais estabelecimentos destinados à encontros libidinosos surgiam. Em pouco tempo, a capital paulista estava repleta de estabelecimentos boêmios e prostitucionais, seja com a tipologia de seu uso escancarada em sua forma: como *pensões alegres* e *casas de diversões noturnas*; ou, por tipologias que parcialmente mascaravam a atividade do meretrício: como *cafés*, *restaurantes*, *hotéis* e *algumas pensões*. No entanto, “foram, porém, as chamadas ‘pensões alegres’ que deram a nota mais característica à prostituição paulistana no final do século XIX” (Fonseca, 1982: 180). Em 1917, segundo estimativa da Câmara Municipal de São Paulo, o número de pensões cadastradas destinadas ao meretrício

⁴ **Eugênia** (bem-nascido): termo criado por Francis Galton em 1883, para justificar o estudo dos agentes sob o controle social, hereditariedade humana e seus aspectos evolutivos, degenerativos, físicos e mentais, nas qualidades raciais das futuras gerações. SOUZA, V. S. (2012: 1). As ideias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n.11, UFGD. (Dourados), 1-23. <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1877/1041> (consulta: 09/01/2020).

“estava entre 50 e 60 e carregavam para os cofres municipais, em formas de impostos, [uma] importância [financeira] considerável”⁵ (Fonseca, 1982: 180). Para controlar socialmente e urbanisticamente o crescimento demasiado destes estabelecimentos, alguns projetos regulamentaristas que estavam em vigor neste período, determinavam características norteadoras destes negócios:

“As casas de tolerância e os bordéis deveriam ser registrados na polícia, vigiados pela administração e pelas autoridades sanitárias. [...] O bordel deveria ser o anticortiço, o oposto do que representava a casa de prostituição clandestina, refletindo à sua maneira a *intimidade conjugal burguesa*” (Rago, 2014: 124).

A expansão do comércio sexual nas ruas da cidade começou a causar situações conflitantes com a moralidade vigente, “pois, o baixo meretrício estendia-se cada vez mais do centro para a periferia invadindo bairros até então residenciais” (Fonseca, 1982: 209). A sofisticação da prostituição invadia espaços frequentados por famílias e pessoas de bem, que se escandalizavam ao confrontarem-se com tal conduta. Como isto afetava o bem-estar social, setores diversos envolvidos com a moralização dos costumes, promoveram “sucessivas campanhas exigindo respostas mais eficazes de vigilância do submundo”. Logo, estes setores tentaram “unificar seus esforços no sentido de definir a melhor forma de intervenção dos poderes públicos na organização do mundo do prazer” (RAGO, 1991: 107). Por esta razão, mesmo que as prostitutas estivessem confinadas dentro dos estabelecimentos comerciais vigiados e controlados, o apelo social defendido pelos regulamentaristas para que estes lugares “estivessem [além de marginalizados] localizados em bairros distantes das escolas, das igrejas, dos internatos e dos bairros residenciais” (Rago, 2014: 124), começava a ganhar forças.

A partir de 1930, foram introduzidas discussões governamentais sobre a necessidade de “limpeza da cidade” e o confinamento urbano do meretrício paulistano. Esta medida, possibilitaria “um melhor policiamento, uma fiscalização sanitária mais eficiente e um menor vexame para as famílias forçadas a transitar pela zona boêmia da cidade” (Franco, 1936; Fonseca, 1982: 209)⁶.

Em 1939, quando o estado de São Paulo era governado pelo interventor federal Dr. Adhemar de Barros, tomou-se a decisão de confinar prostitutas em uma zona restrita no bairro do Bom Retiro. “As ruas escolhidas foram a Itaboca [hoje conhecida por rua Professor Cesare Lombroso] e a Aimorés, estendendo-se a zona, também, pelas ruas Carmo Cintra e parte da Ribeiro de Lima” (Fonseca, 1982: 210). O Desenho urbano destas ruas (*Fig. 02*), que “formavam uma ferradura e o paredão das ferrovias Sorocabana e Santos-Jundiaí limitavam a entrada das ruas e favoreciam o controle de quem entrava ou saía” (Loureiro, 2019).

⁵ Anais da Câmara Municipal (1917: 855).

⁶ FRANCO, F.A.C. (1936:27). O Gabinete de Investigações em 1936.

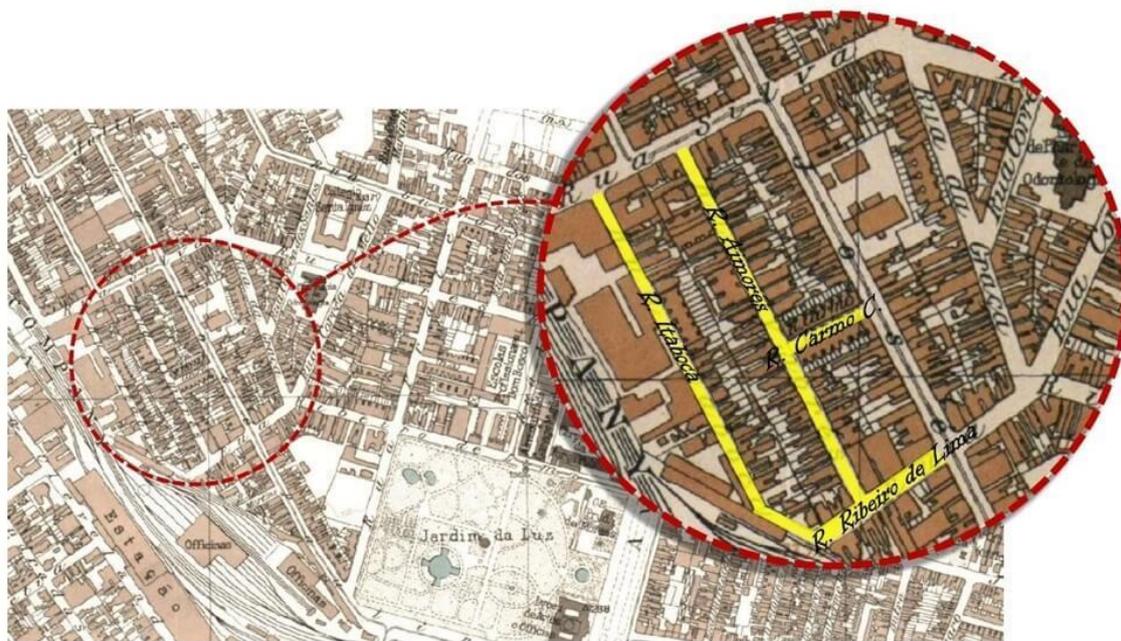


Fig. 02. “A Ferradura” Urbana, localização geográfica da Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados originais do Mapeamento 1930 – Sara, Geosampa (2020).

O processo de introdução da prostituição no distrito urbano determinado por Adhemar de Barros, implicou uma série de procedimentos anteriores a sua realização. Nesta época, que antecedia a II Guerra Mundial, o bairro do Bom Retiro era conhecido por ser um subúrbio tradicional judeu, tendo as ruas destinadas à futura zona restrita de meretrício, habitadas por famílias judias. Irrefutavelmente, no regime ditatorial, havia “a necessidade de controle e vigilância sobre o que consideravam um gueto étnico com uma ‘perigosa concentração de judeus’” (Loureiro, 2019). Para evitar o conflito de convivência entre meretrizes e famílias judias e, também, por uma questão política de evitar agrupamento judeus, “uniu-se o útil ao agradável” e adotou-se uma artimanha gentrificadora, para expulsar os judeus que ali residiam, transpondo-os por prostitutas em seus lugares.

“Contrastando com os gritos e a algazarra das mulheres que chegavam [sumariamente vestidas, muitas apenas de calcinha e sutiã, facilmente identificáveis como prostitutas], o silêncio das pessoas que abandonavam suas casas, não por acaso judeus, carregando camas, colchões, móveis, roupas, panelas. Enquanto isso, policiais em pequenos grupos a tudo assistiam, desencorajando qualquer resistência das pessoas que estavam sendo despejadas” (Loureiro, 2019)⁷.

Hoje, podemos entender este processo de transformação territorial como um método de gentrificação; porém, na época, este conceito nem se quer existia. Em meio a toda mistura cultural e social, uma experiência gentrificadora involuntária se desenvolvia. A prostituição que reorganizava o bairro residencial do Bom Retiro, transformava este distrito urbano num novo polo de crescimento socioeconômico (prostitucional). “Os sucessivos deslocamentos geográficos não significavam uma limitação das atividades na vida do submundo.

⁷ Relato feito através da cata de um leitor ao jornal O Estado de S. Paulo, publicado em 30 de maio de 1997.

Pelo contrário, proliferaram e diversificaram-se as formas de consumo do prazer, aumentando os lucros que aí se formavam” (RAGO, 1991: 89). A atração constante em razão à oferta do entretenimento sexual pago, que não deixa de ser cultural, por um ponto de vista, deu tão certo que em pouco tempo a zona “tornou-se um dos mais movimentados e também um dos mais agitados [pontos] da cidade. Principalmente aos sábados e vésperas de feriados, quando era grande a afluência de pessoas vindas de todos os bairros” (Fonseca, 1982: 210). Entretanto, numa outra visão, este crescimento populacional, mesmo que transeuntes, acarretava em outros problemas operacionais não previstos, como manutenção, limpeza e assepsia das vias públicas em seus dias de maiores momentos. A sujeira era uma característica típica da zona.

Aos poucos, a *Zona de Baixo Meretrício* foi moldando sua tipologia. Assim como as casas prosticionais do séc. XVIII, ora antes citadas, que funcionavam como estabelecimentos comerciais do sexo fácil ao anoitecer, a zona prosticional paulistana, também seguiu essa característica. Durante o dia, seu perímetro urbano era dominado pelos afazeres diversos do cotidiano social e pessoas de bem; “ao entardecer, no entanto, as mulheres iam se postando junto às portas e janelas como em ‘mostruários’ à espera do desfile de homens que aumentava com a chegada da noite” (Fonseca, 1982: 210). Essa diagramação operacional do posicionamento das mulheres nos objetos arquitetônicos como “produtos em exposição” é bem semelhante a formatação tipológica das janelas da prostituição no RLD de Amsterdã (*Fig. 03*). Contudo, uma das intenções holandesa em se criar tais vitrines, era inibir a desenvoltura das prostitutas ao apelo libidinoso nas ruas, tal restrição aconteceu de diferente modo na zona prosticional paulistana: “os convites e os gestos aos passantes eram os mais depravados possíveis, frases ‘abomináveis’ e ‘termos repelentes de gírias’ eram proferidos, mostrando bem até que grau de degradação humana havia chegado o mulherio” (Fonseca, 1982: 211).



Fig. 03. As Vitrines da rua Itaboca, Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro. Fonte: Elvira Aguiar Borges Furlan, 1955 (Rizzo, 2017 apud Loureiro, 2019).

O alastramento da prostituição na Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro foi tão intenso que perdeu-se o controle no crescimento. Segundo os levantamentos de José Martins de Barros (*Tabela 01*), apresentados por Fonseca (1982)⁸, em 1948, estimava-se, aproximadamente, 150 casas de prostituição, a maior parte nas ruas Aimorés e antiga Itaboca, que abrigavam mais de 1.000 mulheres. Esta progressão alarmante da prostituição que atraía cada vez mais clientes, difundia a promiscuidade e favorecia a disseminação de doenças venéreas em grandes escalas (cerca de 84% das prostitutas examinadas por José Martins de Barros continham infecções sífilíticas); por consequência, o encerramento da Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro foi cogitado.

Ruas	Casas de Prostituição	Prostitutas Residentes
Aimorés	73	576
Itaboca	40	374
Carmo Cintra	40	102
Ribeiro de Lima	3	19
	156	1.071

Tabela 01. Elaboração própria a partir de dados do Levantamento Cadastral da Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro, realizado por José Martins de Barros. Fonte: (Fonseca, 1982: 211).

Em 1953, “após intensa campanha, o prefeito Jânio Quadros suspende, por decreto, todos os alvarás dos bares das ruas Itaboca, Aimorés, Ribeiro de Lima e José Paulino” (Loureiro, 2019). Para prostitutas locais (residentes e profissionais), foram “mandados assistentes sociais para a região [com] o trabalho de convencimento das mulheres para deixar a ‘profissão’ ou encontrar outro abrigo” (Loureiro, 2019). Por fim, em dezembro do mesmo ano, o governador Lucas Nogueira Garcez anuncia a ordem de encerramento oficial da única zona de prostituição instalada por decreto governamental nas ruas da cidade de São Paulo.

4. Conclusão

A medida de encerramento da Zona de Baixo Meretrício do Bom Retiro não cessou a prostituição na cidade de São Paulo, pelo contrário, o próprio Fonseca (1982) aponta que a extinção dessa zona marcou apenas o fim de uma fase da história prostitucional na cidade. A prática do meretrício a partir de então, foi lançada de volta às ruas e espalhadas por todo perímetro urbano da cidade, não deixando de expandir-se, criando assim, novas zonas não oficiais, continuando “sua marcha ascensional, assumindo novas e variadas formas” (Fonseca, 1982: 214), que, como colocado por Perlongher (1987), apresentam “códigos, atividades e populações próprias, se [estabelecendo, intermediárias] entre a delinquência e o *ilegalismo*” (Perlongher, 1987: 50), ao fixarem-se, em curto espaço de tempo, em áreas periféricas à região já conotada pela prostituição. Por esta nova formulação, modifica-se mais uma vez a modalidade característica da territorialidade prostitucional,

⁸ BARROS, J.M. (1952). Contribuição para o estudo do problema da Sífilis na Capital de São Paulo. Separata dos Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP.

⁹ **Ilegalismo**: Expressão Utilizada por Foucault (1976). Vigilar y castigar. Mexico: Siglo XXI, trad. A. C. del Camino.

quando sua prática é tirada dos estabelecimentos fechados e lançada às calçadas, onde ali, mulheres se oferecem como mercadorias públicas.

Acabar com a zona prostitucional, que era uma área controlada e vigiada, por medidas morais, de segurança e saúde pública, não foi a decisão mais sábia para a cidade; pois a prostituição, ao alastrar-se, levou consigo todos os problemas existentes na zona, sejam eles sociais ou até mesmo por características tipológicas intrínsecas à sua inserção no meio urbano, que faz com que determinada região seja identificada pela prática de seu uso. A prostituição era, ainda é e, continuará sendo um problema público. Por este viés, a prostituição torna-se efetivamente um agente indutor na territorialização urbana, de modo que, hoje, sem mesmo ter uma zona oficial, pode-se distinguir áreas destinadas ao seu uso espalhadas pela cidade paulistana.

A organização tipológica prostitucional assume qualidades peculiares no traçado urbano, fazendo arquitetura e cidade articularem uma dinâmica distintiva de sua prática. Porém, o fato da prostituição ainda ser marginalizada socialmente, faz com que sua inserção no meio urbano aconteça de forma subliminar à cidade, escondida aos parâmetros oficiais e movimentada novamente em áreas residuais, como ruas, becos, vielas e guetos; ou até mesmo em bares, restaurantes da moda e demais estabelecimentos que permite sua prática subjetiva. Numa esfera nacional brasileira, a prostituição é reconhecida por ocupação profissional pelo *Ministério do Trabalho* desde 2002, mesmo assim, a prática continua descriminalizada e agressiva moralmente quando inserida na cidade. Assumir a prostituição como agente indutor urbano não faz da cidade socialmente imoral, mas sim, capacitada em lidar com questões pertencentes ao comportamento impudico social, que também norteiam a dinâmica territorial e tornam o submundo da prostituição partícipe da diagramação oficial da cidade.

BIBLIOGRAFIA

Obras completas

FONSECA, G. (1982). História da prostituição em São Paulo. São Paulo: Editora Resenha Universitária.

PERLONGHER, N. (1987). O negócio do Michê. A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense.

RAGO, M. (1991). Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAGO, M. (2014). Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar e a Resistência anarquista, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fontes eletrônicas

GEOSAMPA. (2020). Mapeamento do Bom Retiro. http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx (consulta: 18/02/2020).

LOUREIRO, E. (2019). O Passado triste do Bom Retiro. <https://saopaulopassado.wordpress.com/2019/09/27/o-passado-triste-do-bom-retiro/> (consulta: 26/01/2020).

RED LIGHT SECRETS (2020). O Primeiro Museu mundial da prostituição. <https://www.redlightsecrets.com/en/> (consulta: 06/01/2020).

RUDMERHK (2010). Amsterdam Red Light District – Windows. https://www.flickr.com/photos/rudmer_hk/4733685170/in/photostream/ (consulta: 11/01/2020).